

ANEXO III

Diversidade: diálogos com o currículo¹

Os primeiros anos do século XXI trouxeram à educação brasileira grandes desafios que, correlatamente, exigem das políticas públicas grandes e arrojadas decisões. A presença de quase todas as crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica, com todas as suas diversidades, é um destes desafios. Esse acesso à educação escolarizada acabou por requerer da escola uma revisão dos conhecimentos, posturas e ações pedagógicas instituídas e/ou praticadas, no sentido de ampliação ao respeito, reconhecimento e valorização da diversidade dessa demanda.

Apresenta-se, então, no cenário das pesquisas e das políticas públicas, a necessidade de diálogo entre o currículo posto e um novo currículo. Um currículo que avance nas discussões sobre os sujeitos da diversidade presentes no espaço escolar, que atenda suas expectativas e necessidades, que positive suas presenças, que leve em conta seus pertencimentos e, a partir daí, rume a uma educação de qualidade, garantindo, não só o

¹ Texto produzido pelos técnicos do Departamento da Diversidade, SEED/PR.



acesso, mas a permanência e o sucesso de todas/os². O currículo é aqui entendido para além de um mecanismo de poder e controle social, que ultrapassa a seleção de conteúdos, mas como "experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento em meio a relações sociais e que contribuem para a construção das identidades dos estudantes" (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 18).

Propomos, para tanto, a ampliação da discussão sobre o currículo, pois a escola é frequentada por uma grande diversidade de sujeitos que tem anseios, opiniões, necessidades, vivências, conhecimentos, culturas e identidades diversas. Não ignorar essa realidade é buscar alternativas para um currículo que, até então, enxerga todas/os a partir de uma única lente. A mudança de lugar do olhar analítico e questionador que se pretende direcionar ao currículo implica, por exemplo, na percepção de que ele está enredado em disputas de poder que resultam na valorização de algumas culturas em detrimento de outras tantas.

Somos capazes de entender os perigos existentes em tais relações? Conseguimos perceber as lacunas presentes no currículo posto? Saberemos como preenchê-las?

Diante dessas reflexões, podemos iniciar a conversa perguntando se negras/os, indígenas, ciganas/os, quilombolas, mulheres, homens, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trangêneros (LGBT) e povos

_

² Na escrita deste texto optamos pela utilização da linguagem inclusiva de gênero. Ressaltamos que esta opção política não pretende ocultar o gênero masculino na linguagem textual. É uma opção de linguagem que busca desconstruir a ideia do masculino como universal e o sexismo estabelecido na linguagem. Assim, expressamos o respeito pela histórica trajetória percorrida pelos movimentos de mulheres e feministas.



do campo e das águas³, dentre outros sujeitos, considerados diversos, estão contempladas/os no currículo? E de que forma estão? Que visão o currículo prescrito e praticado expressa?

Ao pensarmos e tentarmos responder tais questões, devemos estar dispostos ao deslocamento, mencionado anteriormente, mesmo sabendo que esse é um exercício exigente. Para auxiliar as reflexões, apresentamos um panorama recente dos estudos sobre currículo, na perspectiva de enfrentamento às experiências escolares de exclusão, negação de direitos e silenciamento das vozes e singularidades, presenciadas em diversos processos educativos formais. Apresentamos também as inquietações que, julgamos, devam ser compartilhadas para que sejam reconhecidas como demandas urgentes pelas/os interlocutoras/es da educação, principalmente pelas/os professoras/es e gestoras/es. As respostas são, de fato, necessárias no processo de repensar o currículo e reorganizar a escola para que se efetive como oportunidade de emancipação.

Como subsídio para a discussão que este texto visa suscitar, trazemos a seguir, entre as/os autoras/es do campo do currículo, idéias de alguns que compartilham da nossa preocupação com a diversidade, como Antônio Flávio Barbosa Moreira, Tomaz Tadeu da Silva e Vera Maria Candau.

Segundo Moreira (2008), uma educação de qualidade é aquela que gera transformações, portanto, implica em ação e renovação. Corresponde a uma prática coletiva que possibilita aos sujeitos ampliarem seus

_

³ Expressão que resume os povos ilhéus, ribeirinhos e atingidos por barragens.

conhecimentos e vivências, alcançando outros patamares por meio do acesso aos conhecimentos disponíveis na sociedade, em âmbito local e global, e que esteja centrada na cultura desses sujeitos. Ela é participativa, contextual e polifônica, isto é, permite a manifestação das diferentes vozes que permeiam o contexto educacional.

Portanto, o conhecimento destaca-se como uma das vias principais para a educação de qualidade, somado às oportunidades de acesso às esferas mais elevadas da atividade intelectual e prática e às experiências escolares, não restritas ao espaço da sala de aula e nem à/ao professora/or abrangendo, também, os demais espaços escolares, as relações que se estabelecem via interação entre os sujeitos e atividades que ultrapassam os muros escolares. O conhecimento amplia as experiências culturais de origem e refuta o histórico e equivocado vínculo entre o sucesso e/ou o fracasso escolar e o local de origem dos sujeitos (MOREIRA, 2008).

Para buscar formas de construir um currículo que afirme o que não é hegemônico, e sim o que foi ocultado, é preciso entender o papel ideológico e interessado do currículo posto, o que implica em nos deslocarmos de um lugar de certo conforto, dado pelo mais cômodo, para o lugar dos sujeitos contemporâneos na escola. Tomaz Tadeu da Silva (2007) nos ajuda ao apontar que:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e



atemporal – ele tem uma história, vinculada à formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (p. 7 – 8)

Como campo de disputa, coexistem constantes tensões no currículo que acabam por participar da formação escolar, pois se materializam no conjunto de práticas escolares e propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados, os quais contribuem intensamente para a construção de identidades sociais e culturais (MOREIRA, CANDAU, 2007). São tensões e conflitos decorrentes da disputa, mas são conflitos necessários, pois, a partir deles os sujeitos e suas identidades são vistos, e como resultado, suscitam políticas educacionais que atendam às necessidades da população.

Moreira e Candau (2007) observam que dentro da rotina escolar, há uma proposta subliminar que parte do contexto social e educacional, que envolve dominantemente, atitudes e valores transmitidos pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar, como: rituais e práticas, relações hierárquicas; regras e procedimentos; modos de organizar o espaço e o tempo na escola; modos de distribuir os estudantes por agrupamentos e turmas; mensagens implícitas nas falas das/os professoras/es e nos livros didáticos, entre outros. Neste sentido, o currículo torna-se um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade da/o estudante, tendo em vista ele referir-se à criação, recriação, contestação e transgressão (MOREIRA E SILVA, 2002).

Moreira e Candau (2007) sugerem o resgate de manifestações culturais de grupos sociais, cujas identidades se encontram ameaçadas e a participação de todos no esforço de tornar o mundo menos agressivo e injusto. Apontam também para a urgência de se reduzirem as discriminações e preconceitos, por meio, entre outros princípios, da ancoragem social dos conteúdos e de questionamento das nossas representações sobre os "outros".

Assim, refletir sobre as identidades que permeiam o contexto escolar é refletir sobre possibilidades curriculares que atendam aos diversos, às minorias, respeitando sempre sua forma de ver o mundo, suas culturas e valores. Refletir sobre essas identidades significa perguntar-nos se estamos preparados para garantir voz a cada uma dessas populações, às suas tradições e maneira de ver e relacionar-se com o mundo.

Deslocar o olhar crítico e inquirir o currículo significa pensar com os sujeitos históricos e sociais – negras/os, indígenas, ciganas/os, mulheres, LGBT e povos do campo e das águas, por exemplo – sobre o currículo e a respeito de suas experiências escolares de exclusão, negação de direitos e silenciamento das singularidades nos processos educativos formais.

A busca por respostas às demandas de enfrentamento das opressões de gênero, raça/etnia, classe, territorialidade, geração e sexualidades acabaram por compor uma abordagem pedagógica que se pauta pela pedagogia da tolerância, pela aceitação, pela compaixão e pelo assistencialismo. No entanto, essa abordagem produz e reforça a hierarquização entre as identidades, expressa pelo binômio dominador tolerante x dominado



tolerado. Além disso, soa pejorativo às/aos sujeitas/os das discussões, pois se configura como benevolência, como um favor quando **deveria ser do campo da garantia de direitos** (SILVA, 2007).

Atualmente não podemos falar em igualdade sem considerar a diversidade, muito menos abordar as questões da diferença separada da afirmativa da igualdade. Igualdade não é opositiva à diferença e sim à "desigualdade". Da mesma forma que diferença não se opõe à igualdade e sim às padronizações, o que se busca é uma escola pautada no respeito, que reconheça e valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

